



ESTE MATERIAL FOI
PRODUZIDO EM
COLABORAÇÃO COM:



RELATÓRIO

BRA

2015

Programa Madeira é Legal

Lições da promoção da madeira
legal e certificada junto ao setor
da construção civil

FICHA TÉCNICA

Realização
WWF-Brasil

Secretário-Geral
Carlos Nomoto

Superintendente de Conservação
Mauro José Armelin

Coordenador do Programa Amazônia
Marco Aurélio Lentini

Coordenador da Estratégia de Combate ao Desmatamento da Iniciativa Amazônia Viva
André Dias

Redação e edição
Ligia Paes de Barros
Coordenação técnica

André Dias – Iniciativa Amazônia Viva, WWF
Denise Oliveira – Iniciativa Amazônia Viva, WWF
Ricardo Russo – WWF-Brasil
Marco Aurélio Watanabe Lentini – WWF-Brasil

Colaboração técnica
Carlos Beduschi – Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo
Carolina Reis – Rede Amigos da Amazônia, CEAPG, FGV
Dimitrios Paleologos – Sindimasp
Estevão Braga – Suzano e ex-coordenador GFTN, WWF-Brasil
Lilian Sarrouf – SindusCon-SP
Rafik Saab Filho – Sindimasp

Thais Megid Pinto – Rede Amigos da Amazônia, CEAPG, FGV

Revisão técnica

André Dias
Denise Oliveira
Ricardo Russo
Jorge Eduardo Dantas
Lilian Sarrouf – SindusCon-SP
Rafik Saab Filho – Sindimasp
Osvaldo Gajardo
Alessandra Barassi
Sandra Pegorelli - Anggulo Comunicação

Projeto gráfico e diagramação
Bolt Brasil

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P964

Programa Madeira é Legal: Lições da promoção da madeira legal e certificada junto ao setor da construção civil. / WWF-Brasil. – Brasília: WWF-Brasil, 2015.

60 p. : il.

ISBN 978-85-5574-005-3

1. Conservação e proteção. 2. Recursos naturais - Amazônia. 3. Desmatamento - Amazônia. 4. Meio Ambiente - Amazônia. 5. Sustentabilidade - Amazônia. 6. Fundo Mundial para a Natureza. I. Título.

CDD 333.75
22. ed.

Programa Madeira é Legal - Lições da promoção da madeira legal e certificada junto ao setor da construção civil

1ª edição
WWF-Brasil
Brasília, dezembro de 2015

PROGRAMA MADEIRA É LEGAL

Representantes do Governo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SVMA - Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Representantes do Setor Produtivo de Madeira

ABIMCI - Associação da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

ABIPA - Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira

ANPM - Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira

CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso

FNBF - Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

PFCA - Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia

SBS - Sociedade Brasileira

de Silvicultura

SINDIMASP - Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo

SINDIMOV - Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo

Representante do Setor Produtivo da Construção Civil

AELO – Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano

APEMEC – Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado SP

APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

ASBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

SECOVI-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm.

De Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

SindusCon-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Representantes da Sociedade Civil

CBCS – Conselho Brasileiro de Construção Sustentável

RAA – Rede Amigos da Amazônia

GVceapg – Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas

FSC® BRASIL – Conselho Brasileiro de Manejo Florestal

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Instituto de Engenharia

Instituto Ethos

de Empresas e

Responsabilidade Social

IPT – Instituto de

Pesquisas Tecnológicas

Instituto São Paulo

Sustentável

Movimento Nossa São

Paulo

WWF-Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	6
Introdução	8
O Programa Madeira é Legal	11
Contexto de surgimento do projeto	27
Histórico de desenvolvimento do Programa	33
Desafios, pontos positivos e resultados	39
Lições aprendidas	46
Conclusão	48
Entrevistados	51
Publicações	53
Outros Produtos	55
Sites	57
Referências e Bibliografia	58

APRESENTAÇÃO

O bioma Amazônia ocupa um território de 6.7 milhões de km² distribuídos por nove países da

América do Sul, que compartilham a sua riqueza ecológica e diversidade social e cultural.

Para a Rede WWF, a região, com sua diversidade e também realidades, experiências e necessidades similares, é uma área prioritária para conservação do meio ambiente. A Rede WWF atua no bioma há mais de 40 anos com o intuito de mantê-lo saudável e conservado para benefício das populações locais, dos países da região e de todo o mundo, num cenário de igualdade social, desenvolvimento econômico e responsabilidade global.

Entre as principais ameaças enfrentadas pela Amazônia historicamente, o desmatamento e a degradação são os grandes desafios a serem vencidos.

No Brasil, que engloba em torno de 60% da área do bioma, ajudar a proteger todo esse patrimônio é uma das prioridades do WWF-Brasil. O manejo dos recursos naturais está no centro das atividades realizadas pela instituição em busca da redução do desmatamento, da proteção da biodiversidade e ecossistemas amazônicos e de uma melhor qualidade de vida para a população.

Assim, a promoção da exploração e uso da madeira legal e certificada junto à sociedade; assim como o combate à ilegalidade neste setor, são fundamentais. O WWF-Brasil e a Rede WWF vêm atuando com empresas florestais para implementar práticas sustentáveis e promover o diálogo entre os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva da madeira.

40 ANOS
É O TEMPO DE
ATUAÇÃO DA REDE
WWF NO BIOMA
AMAZÔNIA

45 MIL
É O NÚMERO
DE ESPÉCIES
DE PLANTAS E
VERTEBRADOS
QUE FORMAM A
BIODIVERSIDADE
ESTIMADA DO
BIOMA AMAZÔNIA

E foi nesse contexto de diálogo, em São Paulo, que se percebeu a predisposição dos diferentes segmentos em buscar uma alternativa sustentável para o setor madeireiro. Com foco na promoção do uso de madeira legal e certificada no setor da construção civil no estado de São Paulo, o Programa influencia, direta ou indiretamente, toda a cadeia, afetando os revendedores de madeira e ainda os produtores na Amazônia.

Outros países da região, como a Colômbia, a Bolívia e o Peru, também têm investido em projetos para redução do desmatamento e conservação da sua porção da Amazônia. A exploração ilegal de madeira é uma realidade comum a toda a região e compõe uma rede complexa de corrupção e danos socioambientais.

Para enfrentar o problema, os interessados no tema precisam agir em conjunto, de forma integrada, visando tornar a legalidade mais atrativa. Por isso é importante sempre avaliar o que está sendo feito, compartilhar informações entre os estados e países para buscar evoluir e abordar o problema de maneira sistêmica.

Esta publicação tem o objetivo de registrar as lições aprendidas do Programa nesses anos e detectar suas fortalezas e fragilidades. Com isso, pretendemos disseminar a iniciativa, inspirar e, quem sabe, direcionar outros estados brasileiros e os demais países amazônicos na busca pelo fim do desmatamento ilegal e proteção da maior floresta tropical do mundo.

Boa leitura,

Mauro José Capossoli Armelin
Superintendente de Conservação do WWF-Brasil

INTRODUÇÃO: OBJETIVO DA PUBLICAÇÃO

Diante da constatação da complexa relação entre o desmatamento na Amazônia e a comercialização de madeira ilegal no estado de São Paulo, um grupo de entidades se mobilizou para promover o uso da madeira

legal e certificada nas obras públicas e privadas no estado e capital com a criação do Programa Madeira é Legal.

O decorrente intercâmbio entre as entidades de diferentes segmentos do setor florestal, do setor consumidor e representantes da sociedade civil no desenvolvimento do Programa, assim como as expertises adquiridas no debate constante e nas atividades práticas cotidianas, constituem um valioso capital de conhecimento sobre o tema e uma importante ferramenta para alcançar avanços científicos, legislativos e políticos relacionados à madeira no Brasil.

Dessa forma, o Programa Madeira é Legal configura um exemplo de boa prática na promoção do mercado da madeira legal e certificada, que pode apoiar e direcionar os demais estados brasileiros - e até mesmo outros países amazônicos - a seguirem o mesmo caminho.



WWF-BRASIL / ADRIANO GAMBARINI



Na porção brasileira do bioma Amazônia são encontradas 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Diante disso, a presente publicação tem como objetivos:

- Registrar as lições aprendidas do processo de desenvolvimento e implantação do Programa;
- Incentivar e guiar os estados brasileiros, bem como demais países amazônicos interessados, a implementar projetos semelhantes em suas regiões, contribuindo para a redução do desmatamento;
- Direcionar a implementação do Programa e seus próximos passos;
- Constituir uma memória do Programa a partir da sistematização da sua história.

Para tanto, **pretende-se:**

- Reconhecer e contextualizar práticas inspiradoras no âmbito do Programa Madeira é Legal;
- Elaborar um registro sistematizado das práticas;
- Identificar os desafios enfrentados;
- Levantar e sistematizar as lições aprendidas;
- Divulgar os resultados obtidos;
- Difundir conhecimentos para promover as mudanças necessárias no setor madeireiro no Brasil e fora dele.



As atividades do Madeira é Legal envolvem sempre a articulação de vários tipos de organizações e profissionais



Em agosto de 2015, o Programa Madeira Legal montou um stand na GreenBuilding Expo & Conference, a maior conferência de negócios sustentáveis da América Latina

O PROGRAMA MADEIRA É LEGAL

O Programa Madeira é Legal busca incentivar e promover o uso da madeira de origem legal e certificada na construção civil no estado e no município de São Paulo, por meio da cooperação técnica e institucional entre os parceiros envolvidos.

Seu objetivo é viabilizar, de forma transparente, a adoção de um conjunto de ações que promovam o uso da madeira legal por meio das seguintes atividades:

- Promoção do envolvimento e capacitação de associações de classe, produtores e distribuidores de madeira;
- Desenvolvimento de mecanismos de controle, como a exigência da apresentação do Documento de Origem Florestal (DOF) e o aprimoramento desta ferramenta;
- Incentivo ao monitoramento da madeira e o uso de madeira certificada nos departamentos de compras do setor público e privado do estado e município.

Criado em março de 2009, com a assinatura de um protocolo de cooperação por 23 signatários, o Programa é resultado de uma iniciativa de entidades do setor madeireiro e da construção civil, da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais de São Paulo.

Uma das premissas do Programa é que, por meio do incentivo ao setor da construção civil para que consuma somente madeira de origem não predatória, este passará a atuar, por meio do uso de seu poder de compra, como um dos principais agentes indutores da preservação das florestas, essenciais para a vida pelos serviços ambientais que prestam.

“A desinformação no setor é grande, por isso é fundamental disseminar as práticas legais e corretas. Para o madeireiro, o desmatamento é péssimo. Se acabarem as florestas, acaba o nosso negócio”

Dimitrios Paleologos,
Sindimasp

- Premissas** As premissas que levaram as instituições à assinatura do protocolo de cooperação e ao desenvolvimento do Programa são:
- As atividades de construção civil têm relevante importância no estado de São Paulo, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento econômico e para a geração de empregos, renda, divisas e tributos, distribuídos por toda sua cadeia produtiva;
 - Ações para a mitigação de impactos negativos e a minimização da utilização de recursos naturais, tanto na fase de projeto quanto na construção, devem ser de interesse comum entre os agentes públicos e privados;
 - O manejo florestal, a comercialização e consumo de produtos florestais responsáveis devem desempenhar um papel importante na eliminação da exploração ilegal da madeira, motivando o uso racional e sustentável das florestas;
 - O estado e a cidade de São Paulo são os maiores consumidores de madeiras tropicais do país, sendo que a construção civil representa grande parte deste consumo;
 - Grande parte da madeira oriunda de florestas tropicais é de origem ilegal ou predatória;
 - O estabelecimento de acordos voluntários é uma importante ferramenta para promover o diálogo e o entendimento entre os setores econômicos, governo e sociedade civil de forma a assegurar o consumo responsável de madeira de origem legal.
 - A compra e o uso de madeira ilegal contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa.

- Mudanças esperadas** O Programa espera alcançar:
- Maior entendimento e engajamento dos diversos segmentos envolvidos na cadeia da madeira para o cumprimento da legislação ambiental na produção e compra do produto no estado e município de São Paulo;
 - Redução significativa do uso de madeira ilegal nas obras públicas e privadas;
 - Melhoria no sistema de controle da ilegalidade e fiscalização da madeira no estado;
 - Capacitação dos envolvidos;
 - Difundir as informações do Programa para o consumidor final e a sociedade.



Em 2011 o Programa Madeira Legal realizou em São Paulo (SP) um evento, em que apresentou os resultados dos primeiros dois anos de atividades;



Avaliar as ações de incentivo ao uso da madeira legal em São Paulo (SP) foi o objetivo de um seminário realizado em outubro de 2013;

- Frentes de atuação** As instituições se comprometeram a apoiar as seguintes ações:
- Capacitar os profissionais dos setores envolvidos e dos órgãos públicos;
 - Realizar seminários, palestras, cursos e treinamentos no âmbito dos setores envolvidos e da sociedade;
 - Viabilizar o levantamento de dados e disponibilização das informações referentes à produção e ao consumo da madeira;
 - Incentivar o desenvolvimento de produtos de madeira mais adequados à cadeia produtiva da construção civil;
 - Incentivar o desenvolvimento de produtos de preservação e acabamentos para madeira mais amigáveis ao meio ambiente;
 - Promover pesquisas de espécies alternativas às tradicionais;
 - Incentivar o comércio responsável de produtos de madeira;
 - Divulgar junto a sua rede de contatos e à sociedade as ações decorrentes do protocolo de cooperação;
 - Promover a integração das ações das partes envolvidas.

As instituições envolvidas e suas atribuições

A formalização do Programa aconteceu com a assinatura do protocolo de cooperação por 23 entidades de diversos setores envolvidos na cadeia produtiva da madeira em São Paulo. São elas:

Representantes do Governo

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SMA - Secretaria do Meio Ambiente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SVMA - Secretaria do Verde e Meio Ambiente

Representantes do Setor Produtivo da Madeira

ANPM - Associação Nacional dos Produtores de Pisos de Madeira

ABIMCI - Associação da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente

CIPEM - Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso

FNBF - Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

PFCA - Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia

SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura

SINDIMASP - Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo

SINDIMOV - Sindicato da Indústria do Mobiliário de São Paulo

Representante do Setor Produtivo da Construção Civil

AELO – Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano

APEMEC – Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado SP

APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas

ASBEA – Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura

SECOVI-SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm. De Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Representantes da Sociedade Civil

CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável

RAA - Rede Amigos da Amazônia - Centro de Estudos em Administração Pública da Fundação Getulio Vargas - CEAPG

FSC BRASIL – Conselho Brasileiro de Manejo Florestal

ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

Instituto de Engenharia

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Instituto São Paulo Sustentável

Movimento Nossa São Paulo

WWF-Brasil

Entre os compromissos de cada um dos setores, estão previstos:

Compromissos dos governos

- Promover acordos setoriais com as partes, visando à elaboração de legislações relacionadas à produção e consumo de madeira;
- Promover o desenvolvimento de sistemas de informações sobre consumo de madeira no âmbito de seu território;
- Implantar premissas de consumo sustentável de madeira nos projetos e licitações de obras públicas abrangendo novas construções e reformas de edificações e de obras de infraestrutura;
- Capacitar técnicos dos órgãos públicos quanto às premissas de uso sustentável da madeira;
- Criar instrumentos de incentivo ao uso de madeira certificada;
- Fomentar a integração dos órgãos governamentais envolvidos para apoio e execução das ações no âmbito do protocolo;
- Agir rapidamente, de forma isolada ou em conjunto com os órgãos competentes, para coibir eventuais irregularidades denunciadas que coloquem em risco a segurança dos sistemas de controle de produtos florestais.

Compromissos das entidades do setor produtivo de madeira

- Orientar os empreendedores, seus associados, a cumprir a legislação ambiental vigente e considerar os seguintes aspectos no manejo florestal e comercialização dos produtos de madeira:
- Combater a informalidade nas relações com funcionários e fornecedores;
 - Empregar técnicas de exploração de impacto reduzido, buscando, sempre que possível, a certificação florestal voluntária de suas áreas de manejo;
 - Comercializar produtos de madeira informando, na nota fiscal ou documento oficial que acompanha o produto madeireiro primário ou secundário, fruto do desdobramento da madeira em tora, a fonte ou fontes legais da matéria prima utilizada;
 - Auxiliar o setor da construção civil com informações sobre volumes e espécies de madeira legal e certificada disponíveis para aquisição e os canais de comercialização;
 - Incentivar o setor da construção civil no emprego de espécies

alternativas, fornecendo subsídios técnicos para seu correto uso;

- Comprometimento com a oferta de madeira certificada ao mercado interno;
- Adotar postura proativa junto a funcionários, clientes e fornecedores, informando e conscientizando para o uso sustentável da madeira e promovendo a divulgação do protocolo.

Compromissos das entidades do setor da construção civil

- Orientar os empreendedores, seus associados, a cumprir a legislação ambiental vigente no estado e no município de São Paulo e considerar os seguintes aspectos na concepção de empreendimentos, na elaboração dos projetos e execução das obras:
 - Utilização de madeiras provenientes de florestas plantadas ou nativas com certificação voluntária de manejo sustentável. No caso de madeiras nativas, ter no mínimo comprovação da procedência legal de origem, por meio da autorização emitida pelo órgão competente da União ou dos Estados-Membros, atualmente reconhecida como DOF (Documento de Origem Florestal) ou Guia Florestal;
 - Utilização de produtos florestais de empresas participantes do Cadastro Estadual das Madeiras Paulistas – CadMadeira, regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 53.047, de 02 de Junho de 2008;
 - Utilização de espécies de madeiras alternativas tais como as constantes na publicação “Madeira: Uso Sustentável na Construção Civil” – Instituto de Pesquisas Tecnológicas/ Secretaria do Verde e Meio Ambiente/ SindusCon-SP, 2009 – Publicação IPT no.3010, evitando o consumo de determinadas espécies reduzindo o risco de extinção destas e colaborando com o equilíbrio e manutenção da biodiversidade florestal;
 - Evitar consumo de espécies ameaçadas de extinção relacionadas na Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), disponível no www.cites.org;
 - Adotar postura proativa junto a funcionários, clientes e fornecedores informando e conscientizando para o uso sustentável da madeira e promovendo a divulgação do protocolo.

- Grupo gestor** Dentre as organizações participantes, algumas ficaram a cargo da gestão do Programa e constituem o chamado Grupo Gestor do Programa Madeira é Legal. São elas:
- Governo do Estado de São Paulo-Secretaria de Meio Ambiente;
 - Prefeitura de São Paulo-Secretaria do Verde e Meio Ambiente;
 - SindusCon-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo;
 - APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas;
 - ASBEA – Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura;
 - WWF-Brasil;
 - Rede Amigos da Amazônia - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo e Centro de Estudos em Sustentabilidade, ambos da FGV-EAESP;
 - Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
 - CBCS – Conselho Brasileiro de Construção Sustentável;
 - PFCA - Grupo de Produtores Florestais Certificados da Amazônia;
 - SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo;
 - APEMEC – Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo;
 - Sindimasp – Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo;
 - IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Entre as atribuições do Grupo Gestor estão:

- Propor, aprovar, gerir e operacionalizar as ações do ‘Protocolo de Cooperação para a Adoção de Ações Destinadas ao Incentivo ao Uso de Madeira de Origem Legal na Construção Civil no Estado de São Paulo e Município de São Paulo’;
- Avaliar e propor eventuais alterações do protocolo;
- Participar da formulação e análise de possíveis convênios de interesse para o desenvolvimento do presente protocolo;
- Avaliar, de forma global, o cumprimento do protocolo;
- Divulgar as ações decorrentes do protocolo;
- Aprovar a adesão de outras instituições ao protocolo, podendo estas ser convidadas a participar do Grupo Gestor considerando sua atuação e abrangência;
- Formar e coordenar grupos de trabalho para desenvolvimento das ações.

Coordenação do grupo gestor

A coordenação do Grupo Gestor é realizada por um grupo reduzido de entidades que se reúne periodicamente para avaliar o andamento do Programa e direcionar sua atuação. Inicialmente, em 2009, faziam parte dessa coordenação:

- Governo do Estado de São Paulo-Secretaria de Meio Ambiente;
- Prefeitura de São Paulo-Secretaria do Verde e Meio Ambiente;
- SindusCon-SP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo;
- PFCA - Grupo de Produtores Florestais Certificados da Amazônia;
- WWF-Brasil;
- IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas;
- Sindimasp – Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo;
- FGV- Fundação Getúlio Vargas.

Mudanças na configuração das entidades do Programa e participação na gestão

Ao longo dos seis anos de desenvolvimento do Programa Madeira é Legal, o protagonismo assumido por algumas entidades signatárias no desempenho das suas atribuições e no acompanhamento da implementação do Programa, assim como o afastamento de algumas instituições, provocaram alterações na configuração do grupo gestor e da coordenação do mesmo.

Atualmente, em 2015, algumas instituições destacam-se como líderes do Programa e integrantes da coordenação do Grupo Gestor. São elas:

Rede Amigos da Amazônia (RAA)

Gerida pelo Centro de Estudos em Administração Pública Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas, tem por missão ser um espaço de cooperação e sinergia entre governos, empresas e sociedade civil. Sua abordagem central está no aprendizado por meio da troca de experiências sobre ações e políticas voltadas à sustentabilidade na produção e no consumo de produtos florestais amazônicos. Atualmente, seus temas de atuação na gestão pública da madeira amazônica giram em torno das compras responsáveis, da vistoria e fiscalização, dos incentivos econômicos, dos esforços de capacitação dos servidores e de articulação com outros setores.

Esses temas são trabalhados dentro de três principais eixos de atuação da RAA: produção de conhecimento; articulação de atores estratégicos; e monitoramento de políticas públicas.

<http://raa.fgv.br>

FSC® Brasil

O FSC, *Forest Stewardship Council*, é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, criada para promover o manejo florestal responsável ao redor do mundo. Através de seu sistema de certificação, o selo FSC reconhece a produção responsável de produtos florestais, permitindo que os consumidores e as empresas tomem decisões conscientes de compra, beneficiando as pessoas e o ambiente, bem como agregando valor aos negócios. O FSC é representado nacionalmente em mais de 70 países ao redor do mundo. No Brasil, está presente desde 1996.

<http://br.fsc.org>

Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SMA)

Criada em 1986, a Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA) tem como objetivo promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, coordenando e integrando atividades ligadas à defesa do meio ambiente. É responsável pela elaboração da Política Estadual de Meio Ambiente e pela sua implantação, pela análise e acompanhamento das políticas públicas setoriais que tenham impacto ao meio ambiente, além da articulação e coordenação dos planos e ações relacionados à área ambiental. A secretaria executa as atividades relacionadas ao licenciamento e à fiscalização ambiental e promove ações de educação, normatização, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais.

Ela atende aos objetivos do Programa Madeira é Legal desenvolvendo ações como a identificação on-line de madeira na fiscalização efetivada pela Polícia Militar Ambiental, o gerenciamento do CadMadeira, da Reposição Florestal e do Sistema DOF (Documento de Origem Florestal), este último em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no âmbito do estado de São Paulo. A SMA desenvolve também capacitação, cadastramento, orientação e vistorias para emissão do selo Madeira Legal.

<http://www.ambiente.sp.gov.br>



A capacitação no uso da madeira na construção civil é uma das frentes de trabalho do Madeira é Legal

Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo (Sindimasp)

O Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo foi criado em 1990 com o objetivo de representar, defender e promover a união e o desenvolvimento das empresas do setor. Atuando na defesa dos interesses da classe, o SINDIMASP é filiado à Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO-SP) onde, como representante da classe, acompanha e participa ativamente das discussões e iniciativas de cunho econômico e político. Atualmente o SINDIMASP representa mais de 3.000 empresas, sediadas na capital e no interior do estado de São Paulo, e congrega em seu quadro associativo cerca de 200 empresas.

As empresas filiadas e associadas ao Sindimasp atuam nos segmentos de madeiras serradas; chapas de madeira compensada, aglomerada e MDF; assoalhos, tacos e pisos de madeira; portas, batentes, esquadrias e janelas de madeira, forros, lambris, degraus e outros artefatos de madeira.

No âmbito do Madeira é Legal, o Sindimasp busca capacitar e dar condições a seus associados para trabalharem com fornecedores de qualidade, que operam o Sistema DOF de forma correta, garantindo assim o consumo de madeira de origem legal e criando condições para o desenvolvimento do Sistema DOF, do Cadmadeira, do Manejo Florestal e Certificação.

Como resultado deste trabalho, 100% dos associados operam na legalidade utilizando o DOF e 20% estão inscritos no CadMadeira. O Sindimasp também busca alcançar avanços legislativos para redução da tributação sobre a madeira de origem legal.

www.sindimasp.org.br

Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP)

O SindusCon-SP é a maior associação de empresas do setor na América Latina. Congrega e representa construtoras associadas e filiadas na capital paulista e nas nove regionais do sindicato no interior do estado. São empresas de obras residenciais, comerciais, industriais, habitação popular, públicas e privadas.

Em 1999 criou o COMASP Comitê de Meio Ambiente do SindusConSP pois considera que construção sustentável é uma questão estratégica para o setor da construção civil já que este é um assunto primordial para a competitividade das empresas.

No âmbito do Programa Madeira é Legal, o papel do SindusCon-SP é promover e orientar o consumo responsável da madeira junto às construtoras e aos seus fornecedores, desenvolver conhecimento técnico sobre produtos madeireiros e sua aplicação na construção civil, contribuir na formulação de políticas públicas que tratem do uso da madeira na construção. O SindusCon-SP, em parceria com outras entidades do Programa, realiza capacitações para as construtoras e lidera estudos para orientá-las no consumo da madeira legal.

www.sindusconsp.com.br

WWF-Brasil

É uma organização não governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

O WWF-Brasil, criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e o apoio de cerca de 5 milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.

O WWF-Brasil trabalha com o manejo florestal, a promoção de políticas no setor florestal e o incentivo ao uso da madeira legal e certificada há anos. O Programa Madeira é Legal complementa as atividades desenvolvidas pela organização no âmbito da Rede Global de Floresta e Comércio (GFTN, na sigla em inglês) que tem como objetivo promover o engajamento e implementar melhores práticas e atuação responsável nas áreas de manejo e comércio florestal.

www.wwf.org.br

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

O Centro de Tecnologia de Recursos Florestais – CT-FLORESTA do IPT conta com equipe multidisciplinar, reconhecida e de excelência, distribuída em dois laboratórios acreditados pelo INMETRO e uma seção, provendo soluções tecnológicas para a cadeia produtiva da madeira, desde a árvore até os produtos madeireiros disponíveis para os consumidores, como estruturas para a construção civil e móveis, com vistas à sua sustentabilidade.

Realiza projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I), consultorias, ensaios e análises de propriedades físicas, mecânicas, componentes químicos na madeira e derivados.

Também presta serviços especializados para auxiliar o poder público e empresas privadas na busca de soluções tecnológicas com foco no uso de novas tecnologias e na sustentabilidade.

Possui a Xiloteca Dr. Calvino Mainieri, a maior coleção de amostras de madeira da América Latina, cujo objetivo principal é fornecer padrões para identificação botânica pela anatomia do lenho, atendendo aos setores de produtos florestais, construção civil, mobiliário e outros segmentos econômicos e culturais que trabalham com a madeira.

www.ipt.br

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) – Prefeitura de São Paulo

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) foi criada em 1993 com o intuito de: 1) planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no município de São Paulo, definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental; 2) manter relações e contatos visando à cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligados ao meio ambiente, do governo federal, dos estados e dos municípios brasileiros, bem como com órgãos e entidades internacionais; e 3) estabelecer com os órgãos federal e estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) critérios visando à otimização da ação de defesa do meio ambiente no município de São Paulo.

www.prefeitura.sp.gov.br



Em março de 2015, o Programa Madeira é Legal apresentou seus trabalhos na Feira Internacional da Construção Civil, em São Paulo (SP)



Durante a Feira Internacional da Construção Civil, foi lançado um totem interativo onde era possível consultar publicações especializadas

CONTEXTO DE SURGIMENTO DO PROJETO

Cenário do setor florestal

A Amazônia abriga aproximadamente um terço das reservas mundiais de florestas tropicais úmidas e uma em cada dez espécies que ocorrem no mundo. De acordo com o livreto “ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia: um novo caminho para conservação da Amazônia”, publicado pelo WWF-Brasil em 2012, a biodiversidade estimada do bioma é de 45 mil espécies de plantas e vertebrados. Cerca de 20% da água doce do planeta circula pela Bacia Amazônica, segundo a organização não governamental Greenpeace. Dessa forma, são muitos os serviços ambientais prestados em benefício da humanidade: fornecimento de água, alimentos, recursos genéticos e o equilíbrio climático.

O Brasil possui em torno de 64% da Amazônia (4,1 milhões de km²) em uma área que ocupa 49% do território do país. Na porção brasileira são encontradas 2.500 espécies de árvores e 30 mil espécies de plantas, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente; além de 25 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse bioma vem sofrendo fortes pressões. O Brasil e Indonésia tiveram a maior perda líquida de floresta nos anos 1990, e algumas iniciativas na década de 2000 conseguiram diminuir o ritmo da devastação, embora não o suficiente.

“A proatividade de algumas pessoas nas instituições envolvidas foi fundamental para que o Programa saísse do papel”

Carlos Beduschi, SMA

Até 2008, ano que precedeu a formalização do Programa, mais de 720 mil Km² tinham sido desmatados, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em âmbito internacional, as discussões sobre mudanças climáticas contribuíram para ampliação do debate. De acordo com o Segundo Inventário Brasileiro de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, aproximadamente 55% das emissões de dióxido de carbono do Brasil são provenientes de mudanças do uso da terra e florestas.



A madeira ilegal

O cenário de desmatamento na Amazônia está diretamente relacionado à extração ilegal da madeira. Muitas vezes, o lucro obtido com a venda da madeira ilegal financia a grilagem, a ocupação desordenada da região e a abertura de estradas para exploração de novas áreas, contribuindo para a perpetuação do ciclo do desmatamento.

Estimativas apontam que, em 2007, entre 64 e 80% da produção de madeira na Amazônia Legal era proveniente de áreas desmatadas ou exploradas ilegalmente de forma insustentável (“Guia Seja Legal, WWF-Brasil”).

As causas da ilegalidade no setor são diversas e estão intrinsecamente relacionadas. A corrupção, impunidade, burocracia, falta de governança ambiental, tributação, falta de qualificação técnica e de estrutura para fiscalização, falta de controle fundiário, longas distâncias e falta de infraestrutura são as principais delas e contribuíram para a constituição de esquemas bem estruturados com ramificações políticas, institucionais e econômicas.

As consequências dessa exploração são preocupantes. O mercado ilegal é uma barreira para o estabelecimento de empreendimentos sérios, pois gera uma concorrência desleal; acarreta na perda de milhões de reais em arrecadação para municípios, estados e União; prejudica e desrespeita populações que dependem da floresta e que zelam pelo patrimônio florestal; gera significativa perda de biodiversidade e contribui para a emissão de CO₂ na atmosfera.

As políticas para regulação do setor madeireiro giram em torno de quatro frentes: comando e controle; a criação de arcabouço jurídico para que florestas sejam submetidas a manejo florestal sustentável por concessões públicas; um sistema de controle das transações e transporte da madeira e a descentralização do licenciamento do Ibama para os órgãos ambientais estaduais.

No entanto, tais ações ainda deixam muitas brechas. Muito deve ser feito para que seja possível: 1) criar alternativas para um mercado de demanda crescente; 2) realizar as concessões de florestas públicas na velocidade adequada para competição no mercado; 3) vencer o problema da falsa legalidade dos planos de manejo e créditos de exploração da madeira; e 4) eliminar a perda de informação entre os órgãos responsáveis nos diferentes estados do Brasil.

Nesse contexto, identificou-se que o estado de São Paulo contribuía diretamente com o mercado ilegal. Em 1999, o estudo “Acertando o Alvo” (Imaflora, Imazon e Amigos da Terra) apontou que 86% da madeira extraída na Amazônia era consumida dentro do país. Em 2002, numa segunda edição do estudo, São Paulo foi apontado como maior consumidor dessa madeira. Uma em cada cinco árvores cortadas na Amazônia era destinada ao estado e a construção civil era o principal setor consumidor.

Cenário de mobilização dos parceiros envolvidos

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, alguns avanços aconteceram e oferecem boas perspectivas. Diante desse contexto econômico, político e socioambiental brasileiro, ao longo da década de 2000, entidades dos diferentes segmentos do setor florestal, da construção civil, da sociedade e o governo reconheceram a necessidade de se fomentar a produção e comercialização de madeira de origem legal e certificada no país.

A criação do Programa é resultado de um cenário de diálogo e aproximação entre os diferentes atores envolvidos na compra e venda de madeira em São Paulo para a promoção de práticas sustentáveis nesta cadeia produtiva.

Cada uma das entidades envolvidas na mobilização para a criação do Madeira é Legal sentia a necessidade de conversar e chegaram a um consenso que a união de esforços seria fundamental para garantir a legalização do fornecimento e consumo da madeira. Nesse sentido, podemos destacar algumas iniciativas que contribuíram para o engajamento dos atores:

- A criação dos programas Estado Amigo da Amazônia e Cidade Amiga da Amazônia, pelo Greenpeace, contribuiu para o engajamento do estado e município de São Paulo. Estes passaram a demandar que as construtoras contratadas para realização de obras públicas exigissem de seus fornecedores a garantia da origem legal de seus produtos madeireiros. O governo do estado de São Paulo se aparelhou para fazer o controle e a fiscalização da madeira que entrava no estado e, em 2008, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, lança o Programa Madeira Legal. Este Programa engloba um cadastro de empresas que comercializam produtos e subprodutos florestais de origem nativa e legal (CadMadeira), o estímulo à reposição florestal e o controle do Documento de Origem Florestal (DOF), uma licença obrigatória

para o controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais cujo documento deve acompanhar a Nota Fiscal na venda destes produtos. Tal documento deve conter informações sobre as espécies, tipo do material, volume, valor do carregamento, placa do veículo, origem, destino, além da rota detalhada do transporte.

- A Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, ao instituir o CadMadeira, constatou a necessidade de se criar um colegiado para se discutir e criar ações que dessem suporte e apoiassem a execução e as discussões de assuntos relacionados ao setor. A Câmara Técnica de Assuntos Florestais (CTAF) é composta pelos seguintes atores: Instituto Florestal; Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo; Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN); Departamento de Fiscalização e Monitoramento, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN); Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo; Secretaria de Segurança Pública; um representante do setor privado vinculado à atividade de base florestal de origem nativa (Sindimasp); um representante do setor acadêmico de áreas de estudos florestais (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP); e um representante de organizações ambientalistas com atuação reconhecida na área florestal. A CTAF tornou-se essencial para a criação de políticas de fomento ao controle e à fiscalização, bem como de mecanismos que visam apoiar o setor organizado que atua na legalidade, criando políticas eficazes. Desta forma, atualmente é uma instância fundamental de apoio ao Programa Madeira é Legal.
- Os programas Estado e Cidade Amiga da Amazônia se fundiram em 2008, criando a Rede Amigos da Amazônia (RAA), cuja secretaria executiva era exercida pelos Centro em Administração Pública e Governo (CEAPG) e Centro de Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV -EAESP). Essa incorporação dos programas à FGV favoreceu o engajamento da instituição no Programa Madeira é Legal.
- A iniciativa dos governos estadual e municipal de São Paulo de exigir o uso de madeira legal de empresas, e sua regularização no sistema DOF, em suas obras, contribuiu para mobilizar as construtoras e as revendedoras a criarem mecanismos de controle de compra mais eficazes na obtenção dos produtos de madeira de origem legal. As associações de classe das construtoras

(SindusCon-SP) e revendedoras de madeira (Sindimasp) se organizaram e atuaram conjuntamente para mobilizar seus associados, capacitando-os tecnicamente para o uso responsável de madeira na construção civil e promovendo diálogos sobre o desenvolvimento de mercado.

- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente formou com o SindusCon-SP e o IPT um grupo de trabalho com objetivo de elaborar orientações técnicas para incentivo ao uso de madeiras nativas. Estes esforços resultaram na publicação do manual “Madeira: Uso Sustentável na Construção Civil”, em 2003.
- A demanda por madeira certificada no Brasil motivou a criação em 2003 do Grupo de Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA), formado por 13 empresas que defendiam e trabalhavam com a certificação da madeira. O grupo, que tinha como objetivo difundir práticas sustentáveis na Amazônia e a certificação da madeira, foi um importante mobilizador do diálogo entre os diferentes setores sobre o tema.
- A Caixa Econômica Federal também contribuiu para o engajamento de empresas nas discussões sobre madeira legal ao incluir, em 2009, a regularidade no sistema de Documento de Origem Florestal (DOF) como critério de financiamento de obras.
- A atuação da Rede Global de Floresta e Comércio (GFTN, na sigla em inglês) no Brasil, por meio da coordenação do WWF-Brasil, foi fundamental para a criação do Programa Madeira é Legal. A GFTN é resultado de uma parceria que reúne organizações não governamentais lideradas pela Rede WWF, empresas e comunidades locais, e tem como objetivo promover o engajamento e implementar melhores práticas e atuação responsável nas áreas de manejo e comércio florestal. No Brasil, a GFTN atua tanto na produção como no consumo de madeira legal e tem como foco preparar as empresas para que possam produzir de forma legal e sustentável. Em 2009, quando o Programa Madeira é Legal foi criado, algumas empresas já estavam familiarizadas com o tema e faziam parte da Rede Global de Floresta e Comércio, por meio de um programa do WWF-Brasil chamado SIM - Sistema de Verificação e Implementação Modular. Essa aproximação entre o WWF-Brasil, os produtores e construtoras foi essencial para que a organização desempenhasse um papel importante na criação e atuação do Programa Madeira é Legal.

Em abril de 2015, no IPT, o programa ofereceu a construtoras de São Paulo (SP) um curso de uso de madeiras alternativas na construção civil



HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

2009

Criação do Programa: O Programa foi lançado em evento no Centro Cultural São Paulo, em 18 de março de 2009, com a assinatura de um protocolo de cooperação entre 23 signatários da sociedade civil, associações de classe, setor privado e governos estadual e municipal de São Paulo.

“Estamos no caminho certo. A construção civil deixou de ser o vilão e passou a contribuir para proteção da floresta. Madeira legal é obrigação, o próximo passo é a madeira certificada”

Lilian Sarrouf,
SindusCon-SP

Outros destaques deste ano:

- Lançamento da publicação “Madeira: Uso sustentável na Construção Civil” – 2ª edição. de autoria de IPT, SindusCon-SP, Secretaria de Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo;
- Lançamento do Guia Seja Legal, pela GFTN e WWF-Brasil;
- Realização de evento para incentivar o consumo de madeira de origem legal, esclarecendo os consumidores de madeira sobre a importância do Sistema DOF, do CadMadeira, do manejo florestal e Certificação. O evento foi organizado pelo Sindimasp e contou com a presença do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, SMA, Instituto Florestal, Polícia Ambiental, SindusCon-SP, Fórum Nacional de Atividade de Base Florestal (FNBF) e Rede Amigos da Amazônia.

2010

- A primeira turma do programa Aquisição Responsável de Madeira na Construção Civil surgiu em abril deste ano, num processo liderado pelo SindusCon-SP, WWF-Brasil. Apoiaram o programa o Sindimasp, Secretaria de Meio Ambiente, IPT, IBAMA, IMAFLORA. Seis empresas participaram da capacitação, que teve como objetivo orientar construtoras, incorporadoras, projetistas e profissionais liberais no cumprimento da legislação ambiental em relação à compra deste produto. Outro objetivo do curso é criar mecanismos que evitem a compra de madeira de origem ilegal; e gradativamente substituir a madeira ilegal pela madeira certificada;
- Criação do Projeto Piloto para adequação dos depósitos de madeira às normas do DOF e CadMadeira, realizado pelo Sindimasp, WWF-Brasil e FGV. Foram realizadas palestras em diferentes municípios do estado e treinamento nos depósitos sobre o uso do Sistema DOF de forma correta. O CadMadeira e

sua importância também foram tratados nestas ocasiões;

- Realização de treinamentos para policiais militares ambientais para o aperfeiçoamento do processo de fiscalização da entrada e venda de madeira ilegal no estado de São Paulo. O curso foi realizado pelo WWF-Brasil em parceria com o Instituto Florestal.

2011

- Evento de avaliação de dois anos do Programa. Realizado em junho de 2011, o seminário contou com a presença de representantes de governos, sociedade civil e setor produtivo;
- Lançamento da logomarca, identidade visual e do site do Programa Madeira é Legal;
- Lançamento da “Cartilha de Gerenciamento de Resíduos de Madeira na Construção Civil”;
- Lançamento do guia “Aquisição responsável de madeira na construção civil”, 2ª. edição, assinado pelo SindusCon-SP e pelo WWF-Brasil. A publicação mostra com números e informações técnicas a importância da utilização de madeira de origem legal e o uso progressivo de madeira certificada no setor da construção.
- Lançamento do livro “Madeira de Ponta a Ponta: O caminho desde a floresta até o consumo”, pela FGV-RAA/ Rede Amigos da Amazônia. A publicação retrata, de forma didática e resumida, a complexidade de variáveis que compõem o cenário da produção, beneficiamento, transporte e comercialização da madeira no Brasil;
- Lançamento do livro “Poder Público e Consumo de Madeira: desafios e alternativas para a gestão responsável da madeira amazônica”. A Fundação Getúlio Vargas lançou o livro em novembro deste ano. A publicação ressalta a importância e o papel do poder público como regulador e comprador responsável de madeira de origem nativa Amazônica;
- Aproximadamente 100 empresas participaram de cursos de capacitação de empresários para se cadastrarem no CadMadeira.

Os cursos foram realizados pelo Sindimasp e pela SMA.

2012

- Capacitação de oito certificadoras para a realização de auditorias nas empresas que se interessassem em participar da GFTN. Realizada pelo SindusCon-SP, WWF-Brasil e Sindimasp, tal atividade foi decorrente da necessidade de ampliar o número de certificadoras que pudessem realizar a auditoria nas empresas, antes limitada apenas ao Imaflora, o SindusCon-SP e WWF-Brasil com apoio do Sindimasp. Foi realizado treinamento, adequação de listas de verificação de auditorias às especificidades do setor da construção, e estipulados critérios para homologação das certificadoras junto ao WWF-Brasil. As empresas capacitadas foram: BRTUV/TUVNORD - Avaliações de Qualidade S.A, Bureau Veritas, Control Union Certificate, DNV-Det Norske Veritas Certificadora Ltda, Fundação Vanzolini, Instituto Falcão Bauer da Qualidade, LRQA-Lloyd`sRegister e SGS ICS Certificadora Ltda;
- Participação na Feira Brasil Certificado, que reuniu líderes, formadores de opinião e empresas de todo o mundo comprometidos com a sustentabilidade e com a certificação socioambiental. O Programa foi convidado a participar da Feira pelo reconhecimento da sua relevância na promoção de avanços para a preservação das florestas e no uso sustentável de seus produtos;
- O WWF-Brasil e o Sindimasp, realizaram, em novembro, um workshop com representantes do setor madeireiro em Bogotá, na Colômbia, com o objetivo de trocar experiências e discutir o conceito de “madeira legal”. O encontro reuniu cerca de 30 pessoas, representantes de organizações não governamentais, órgãos públicos, comerciantes, produtores e associações de classe colombianas. A programação durou dois dias e foi composta de apresentações de trabalhos, palestras e mesas-redondas. Um dos grandes propósitos da reunião foi refletir sobre o processo de produção do recurso madeireiro na Amazônia e pensar em maneiras de tornar essa produção mais justa e sustentável.
- Realização de estudo de viabilidade para a redução da base de cálculo da madeira e entrega de proposta para redução da tributação sobre a madeira na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em três de trabalho foram realizadas dezenas de reuniões e o projeto encontra-se na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para deliberação e aprovação.

2013

- Início da segunda turma do curso de Aquisição Sustentável de Madeira na Construção Civil em abril, pelo SindusCon-SP, WWF-Brasil e Rede Amigos da Amazônia;
- Realização, em outubro, do 3º seminário “Madeira é Legal”, em São Paulo (SP);
- Lançamento das publicações “Comércio de Madeira - Caminhos para o Uso Responsável”, por Sindimasp e WWF-Brasil, com apoio do SindusCon-SP; e “Catálogo de Madeiras Brasileiras para a Construção Civil”, por parte do WWF-Brasil e IPT, com apoio do SindusCon-SP e do Sindimasp;
- Participação na Feira Florestal da Amazônia, em Belém (PA).

2014

- Debate sobre a Lacey Act – lei norte-americana que estabelece condicionantes para a entrada de madeira estrangeira nos Estados Unidos. Evento ocorreu em Brasília (DF), em fevereiro;
- Em abril, representantes do Programa participaram de eventos na Colômbia e no México com o objetivo de trocar experiências sobre a produção e comércio de madeira tropical. Em outubro, atividade semelhante ocorreu no Equador.

2015

- Realização do curso Indicação e uso de madeiras menos conhecidas destinadas à construção civil. Capacitação ocorreu no mês de abril em São Paulo (SP). No IPT, realização de três Oficinas de Capacitação no Uso do Catálogo de Madeiras;
- Participação no evento *Gobernanza Forestal en Colombia y Latinoamerica*, ocorrido na Colômbia, em abril;
- Lançamento do aplicativo “Catálogo de Madeiras Brasileiras”, disponível para Android.
- Participação na Feira Internacional da Construção Civil (Feicon/Batimat), em São Paulo (SP), em março; e na GreenBuilding Brasil Expo & Conference, em agosto;
- Inauguração da biblioteca Conselheiro Sidney Basile, em Brasília (DF), construída totalmente com madeira certificada;
- Lançamento da pesquisa Especificação de Madeiras em Escritórios de Arquitetura.

- Realização do *workshop* “Especificação Sustentável da Madeira na Arquitetura Contemporânea - soluções, oportunidade, mitos e verdades na visão dos especialistas no tema”;
- Produção de vídeos temáticos sobre a madeira legal e certificada no Brasil;
- Realização do 4º Seminário do Programa Madeira é Legal, em dezembro, em São Paulo (SP);
- Lançamento do livro “*Programa Madeira é Legal - Lições da promoção da madeira legal e certificada junto ao setor da construção civil*”.



WALTER GUIMARÃES/FÓRUM FLORESTAL



ACERVO PROGRAMA MADEIRA LEGAL

Membros e convidados do Madeira é Legal durante debate transmitido ao vivo na Feira Internacional da Construção Civil (Feicon/Batimat)



Criado em 2009, o Programa Madeira é Legal busca aumentar o uso de madeira certificada no Brasil



DESAFIOS, PONTOS POSITIVOS E RESULTADOS

Durante a realização das atividades do Programa Madeira é Legal, os representantes das entidades envolvidas na coordenação do grupo gestor destacaram uma série de desafios com os quais tiveram que lidar, bem como ressaltaram a influência positiva de alguns aspectos.

No sexto ano de implementação do Programa, os representantes apontaram quais as lições aprendidas nesse período. Tais lições representam tanto fortalezas, que foram fundamentais para o seu desenvolvimento, como fragilidades, que tiveram ou ainda tem que ser superadas para que se alcancem integralmente os objetivos da iniciativa.

Desafios Entre os principais desafios destacados pela equipe da coordenação da gestão do Programa estão:

Tributação

A madeira legal e certificada perde espaço no mercado pela tributação. O imposto incidente sobre a madeira é muito alto, se comparado a outros produtos como o aço e o concreto. Os impostos tornam a madeira legal cerca de 20% mais cara que a ilegal, o que desestimula o seu uso e torna a concorrência desleal para empresas que prezam pela legalidade.

Mercado

É preciso sempre estar atento a alterações no mercado da madeira para manter o produto competitivo. Para tanto, são necessárias constantes análises do cenário e dos concorrentes da categoria para a adequação do produtor, como por exemplo, as preferências e a evolução do setor da construção civil, as necessidades de produtos adequados e com desempenho esperado, a exploração e uso de madeira de reflorestamento e os preços de produtos como aço, concreto, plástico e outros.

Vontade política – Burocracia

A madeira legal enfrenta alguns entraves técnicos e burocráticos no momento da produção. Em primeiro lugar, os planos de manejo das áreas onde a madeira é retirada precisam de aprovação de organismos governamentais. No entanto, a burocracia e falta de recursos humanos nos governos impedem que tais aprovações ocorram em tempo adequado, o que prejudica o produtor de madeira legal e termina por ser mais um aspecto atrativo da ilegalidade na produção da madeira.

O instrumento utilizado pelo governo para fiscalização da madeira que entra no estado é o Documento de Origem Florestal (DOF), usado na maior parte dos estados brasileiros. No entanto, tal sistema precisa se atualizar constantemente para: 1) conseguir superar as brechas encontradas pela ilegalidade para burlá-lo; 2) para ser mais amigável aos empresários que encontram muitas dificuldades na hora de preencher seus dados; e 3) conseguir rastrear não apenas a produção, mas também o consumo de madeira ilegal; 4) ser adequado às particularidades do setor da construção, atualmente uma obra é tratada da mesma forma que uma revenda de madeira. A atualização desse sistema precisa partir do governo federal, o que ainda não foi realizado.

Associação de Produtores

A Associação dos Produtores Florestais Certificados da Amazônia (PFCA), engajada nas discussões prévias e no início do Programa, se desintegrou em 2010. Como consequência, o setor produtivo se afastou do Programa Madeira é Legal e das discussões, deixando uma lacuna significativa. O setor produtivo atualmente é representado no Programa por grandes empresas que muitas vezes não logram representar os interesses da categoria. Falta uma instituição articuladora para organizar o setor.

Relação entre produtores e construtoras

O diálogo entre o setor produtivo e as construtoras é um ponto delicado. Os setores possuem necessidades diferentes e têm dificuldades em conciliá-las. Enquanto as construtoras precisam de produtos como assoalho e portas, os produtores calculam a produção por toras e querem ter uma noção do quanto será vendido para organizar o manejo. No entanto, para as construtoras é difícil fazer a estima-

tiva dessa forma. A construção civil se industrializou e o produto oferecido pelos produtores destoa da necessidade de compra das construtoras.

Estudos e informação

Existe uma carência de informações sobre o setor e sobre os gargalos existentes em cada um dos segmentos e etapas da cadeia da madeira que limitam a atuação e o direcionamento das ações. Dois exemplos disso são: as construtoras sentem falta de informações técnicas sobre madeira nativa e seus usos para escolherem melhor o produto; o setor da construção civil com seus arranjos, diferentes tipologias de obras e formas de divisão do trabalho parece complicado para os demais segmentos, que gostariam de entendê-lo melhor.

Metas e monitoramento

Não foram definidos objetivos, metas ou indicadores específicos do Programa no momento da sua criação. Esse fator somado à falta de dados exatos sobre o cenário da ilegalidade no setor dentro do estado de São Paulo dificultou a mensuração dos resultados do Madeira é Legal.

Comprometimento dos Signatários

Por ser um Programa voluntário baseado em um protocolo de cooperação, nem todos os signatários do Programa se mantiveram animados e comprometidos ao longo do tempo. A mudança de prioridade da instituição em relação à agenda da madeira e, muitas vezes a falta de clareza de metas e objetivos, dificultaram o desenvolvimento de todo o potencial do Programa.

Sensibilização

A conscientização e sensibilização das empresas e governos (dos mais diferentes setores dentro dos governos federal e estadual)

sobre a importância de comprar a madeira legal ou certificada é um desafio constante. Pelas dificuldades encontradas para se operar na legalidade, é preciso um estímulo frequente para reforçar as vantagens de se usar madeira legal.

Financiamento

Muitas atividades deixaram de ser realizadas pelas instituições envolvidas no Programa por falta de financiamento. Algumas instituições financiam determinadas atividades, como é o caso principalmente do WWF-Brasil e do SindusCon-SP. De acordo com os envolvidos no Programa, depender dos recursos de apenas uma fonte é limitante e prejudicou o avanço do mesmo.

Gestão

A gestão do mesmo ficou concentrada em algumas instituições e representantes destas que fizeram o papel de articulação. Não houve uma institucionalização do Programa ou uma formalização nas instituições do grupo gestor na designação de colaboradores dedicados exclusivamente ao Madeira é Legal. A consequência desse cenário é que o Programa se tornou dependente da disponibilidade de agenda de tais atores decisivos que acumulam outras funções e atividades para além do Programa. Consequentemente, nos períodos em que tais atores estão dedicados a outros projetos, o Programa passa por períodos de esfriamento. A eventual saída dessas pessoas das instituições também atrasa o desenvolvimento do Madeira é Legal.

Memória

A memória do Programa não foi documentada integralmente e ficou concentrada nas pessoas que o acompanharam desde o início. Com o eventual desligamento dessas pessoas, o Programa perde parte de seu histórico e, com isso, a oportunidade de evoluir a partir de seus êxitos e fracassos.

Pontos Positivos **Parcerias e abertura para diálogo**

A abertura dos diferentes setores envolvidos na cadeia da madeira para o diálogo e a preocupação com a necessidade de legalização

desse produto florestal foi essencial para a criação e para o êxito do Programa.

A parceria entre WWF-Brasil e SindusCon-SP foi muito positiva para mobilizar as construtoras. O fato das construtoras reconhecerem o WWF-Brasil e o SindusCon-SP como entidades sérias e comprometidas motivou-as a participarem do Programa.

A parceria entre SindusCon-SP e Sindimasp permitiu maior agilidade na regularização das obras no sistema DOF, uma vez que as empresas do Sindimasp auxiliaram seus clientes, as construtoras, em como operar no sistema DOF.

Liderança e engajamento

A liderança e o engajamento pessoais dos representantes das instituições envolvidas no Programa são destacados pelos parceiros como essenciais para a realização das atividades necessárias e para o andamento do Madeira é Legal. O papel do WWF-Brasil como articulador dos parceiros foi importante para a criação do Programa e para o andamento das ações durante os primeiros anos.

Compromisso governamental

O comprometimento dos governos municipal e estadual de São Paulo foi fundamental para a viabilização do Programa Madeira é Legal. O empenho da Secretaria Estadual de Meio Ambiente na implementação do CadMadeira e do sistema DOF contribuíram de forma significativa para engajamento de todos os atores no Programa.

Assinatura do protocolo

A assinatura do protocolo de cooperação foi um marco no Programa. Ele foi essencial para clarear os papéis de cada um dos atores envolvidos e gerar comprometimento e também para a divulgação à sociedade da união de diferentes atores em um objetivo comum.

Parcerias e abertura para diálogos

Em decorrência das atividades recentes do Programa, além da mobilização constante do SindusCon-SP e Sindimasp, houve um

estreitamento das relações com signatários estratégicos como a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura - ASBEA e o IPT e ainda se iniciaram atividades de colaboração mútua com o Green Building Council - GBC Brasil. Estes diálogos têm muito potencial para sedimentar questões reputacionais e de link de mercado entre produtores e consumidores de madeira na construção civil.

Resultados O estado de São Paulo tem conseguido reduzir de forma significativa a entrada e a comercialização de madeira ilegal nos últimos anos, segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado e da Polícia Militar Ambiental. Com a utilização da tecnologia de identificação remota de espécies florestais, o Instituto Florestal de São Paulo emitiu laudos que contribuíram para a retenção de 28% das cargas de madeira nas fronteiras do Estado.

Com a implementação do CadMadeira, em 2010, construtoras paulistas consumiram quantidade correspondente a 750 caminhões de madeira tropical com origem legal ou certificada.

Até a implementação e popularização do cadastro, era impossível quantificar o volume de madeira legal utilizada. Pela complexidade do setor no que diz respeito aos diversos aspectos que influenciam tanto a produção como a comercialização de madeira legal e seu rastreamento, não é possível mensurar quantitativamente os resultados do Programa Madeira é Legal na redução da ilegalidade no setor. No entanto, é evidente a contribuição do Programa para ampliação do debate sobre o tema e a sensibilização dos diversos segmentos para a necessidade da compra e uso de madeira de origem legal.

“Maior êxito do Programa foi a sinergia dos participantes, que conseguiram se articular e querem fazer bem. Isso fortaleceu o setor florestal aqui em São Paulo”

Rafik Hussein Saab Filho, Sindimasp

Entre os principais êxitos do Programa, destacam-se:

- O Programa promoveu a sinergia e a articulação entre diferentes segmentos do setor florestal para promoção da madeira legal e certificada no estado de São Paulo e, dessa forma, contribuiu para o fortalecimento do setor e mais sensibilização deste para a importância do consumo de madeira legal;
- Significativa melhora na fiscalização da madeira pela Polícia Militar Ambiental nas fronteiras do estado. A Polícia Militar Ambiental do estado de São Paulo está mais capacitada e aparelhada para fiscalização da madeira após as capacitações de identificação de espécies de madeira;
- Aumento do número de comerciantes de madeira que

compram e vendem madeira de origem legal e fortalecimento do CadMadeira, cadastro que registra e atesta a legalidade dos comerciantes de madeira nativa no estado. O cadastro que entrou em funcionamento no mesmo momento da criação do Programa Madeira é Legal hoje conta com mais de 300 empresas cadastradas e se tornou obrigatório para participar de processos de compras públicas envolvendo produtos madeireiros;

- Maior número de construtoras capacitadas para aquisição de madeira legal e certificada;
- Empresas capacitadas para operacionalização do sistema DOF;
- Certificadoras capacitadas para avaliação da adequação das empresas à rede GFTN;
- Disseminação da importância do rastreamento da origem da madeira para público amplo;
- Aproximação do consumidor (construtoras) e fornecedor (produtores e revendas de madeiras) para desenvolvimento de mercado;
- Formatação de cursos promovidos pelo IPT e outros signatários que são importante fonte de disseminação do uso de espécies alternativas - 357 pessoas, representantes de escritórios de arquitetura, engenharia e construtoras foram capacitadas;
- Nas ações realizadas pelo Programa Madeira é Legal ao longo dos últimos 6 anos, foram impactadas diretamente 3.157 pessoas. Destaque para os números obtidos em 2015, ano em que o Programa passa a atuar mais fortemente juntos a outros públicos senão aqueles tradicionalmente envolvidos na cadeia produtiva;
- Cerca de 1.500 pessoas visitaram os stands do Programa na Feira Internacional da Construção Civil (Feicon/Batimat) e na GreenBuilding Brasil Expo & Conference. Um público diversificado, formador de opinião e estratégico para a disseminação dos objetivos do Madeira é Legal;
- A elaboração da pesquisa - Especificação de Madeira nos Escritórios de Arquitetura, capitaneada pelo WWF Brasil e AsBEA, contribuiu para a formação de um panorama sobre como tem trabalhado os arquitetos com relação ao uso, implementação e especificação de madeira.

LIÇÕES APRENDIDAS

Com base na experiência adquirida ao longo dos seis anos de atividade do Programa Madeira é Legal, e considerando os desafios enfrentados e pontos positivos que beneficiaram sua implementação, os representantes das entidades atuantes no Programa por meio da coordenação de seu grupo gestor

destacaram as seguintes lições aprendidas:

- O Programa seria mais eficiente se houvesse um coordenador com dedicação exclusiva para fazer a gestão e articulação entre o grupo gestor e demais signatários. Entre as atividades dessa posição estariam liderar ações, estreitar o diálogo entre parceiros, monitorar a atividade das entidades signatárias e avaliar sua permanência no Programa, captar recursos para financiar ações, promover a circulação de informações internamente e para público externo, liderar estudos e mensurar resultados;
- É preciso ter uma memória sistematizada do Programa que seja atualizada constantemente;
- A geração de conteúdo para a plataforma online madeiraelegal.com.br também é objeto de melhoria por parte dos gestores do Programa. A atualização das atividades realizadas é apontada pelos envolvidos como uma solução para o problema de circulação de informação entre as instituições;
- Identificou-se necessário que o Programa tenha um fundo próprio que concentre os recursos financeiros captados pelo Madeira é Legal para financiar suas atividades;
- É preciso realizar uma mobilização constante dos mais diferentes setores do governo e empresas para estimular a compra de madeira legal e certificada;
- É essencial que os produtores se organizem em associações e sejam representados por uma entidade forte, assim como ocorre com as construtoras e os revendedores, para o equilíbrio da relação entre os grupos;
- Existe a necessidade de estreitar o diálogo entre produtores, revendedores e construtoras para sensibilização de cada um em relação às necessidades dos diferentes segmentos, incluindo o desenvolvimento de tecnologias, mercado e sensibilização do consumidor final;

“Soluções para problemas de alta complexidade têm, necessariamente, que ser desenvolvidas em conjunto”

Francisco Antunes
Vasconcelos Neto,
SindusCon-SP

- Existe uma carência de informações sobre o setor e sobre os gargalos existentes em cada um dos segmentos e etapas da cadeia da madeira que limitam a atuação e o direcionamento das ações. É preciso que cada segmento faça estudos sobre a realidade da sua área;
- É preciso estabelecer metas, objetivos e indicadores claros para o Programa. Um dos problemas de mensuração dos resultados do Programa deve-se à carência desses elementos bem definidos no início;
- É preciso estabelecer metas para cada um dos segmentos do setor envolvidos no Programa e exigir que cada signatário apresente um plano de ação e cronograma para alcançar tais metas;
- É preciso fazer um acompanhamento anual da execução de cada signatário. Tal medida contribui para o comprometimento dos signatários em atuar para cumprir as diretrizes que lhes foram designadas pelo protocolo de cooperação e para que tenham maior clareza de quais são suas responsabilidades;
- É necessário revisar periodicamente a conformação institucional do Programa, avaliando a permanência ou desligamento das entidades signatárias de acordo com o cumprimento das ações com as quais se comprometeram;
- O comprometimento das instâncias governamentais – estadual e municipal – é fundamental para a viabilização e êxito do Programa. As ferramentas oficiais para cadastro das empresas e a restrição legal dos governos ao uso de madeira de origem ilegal, bem como o envolvimento da polícia na fiscalização, foram essenciais para o engajamento dos atores envolvidos no processo;
- As atividades desenvolvidas ao longo de 2015 demonstraram um momento de grande receptividade dos produtores da indústria de base florestal em regulamentar a cadeia produtiva da madeira. A indústria da construção civil, por sua vez, também está mais sensibilizada quanto ao seu papel de consumidor responsável;
- A inovação e tecnologia devem ser associadas aos produtos de madeira;
- Existe uma falta de incentivo nas universidades e cursos técnicos na formação de “profissionais da madeira”. É preciso criar profissionais que saibam valorizar e utilizar a madeira e que usem em projetos criativos.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que a presente publicação buscou registrar e sistematizar as lições aprendidas do processo de desenvolvimento e implantação do Programa Madeira é Legal

e que também é seu objetivo direcionar a atuação do mesmo em seus próximos passos, faz-se necessário lançar um olhar crítico para tais aprendizados e convertê-los em diretrizes a serem seguidas na próxima etapa do Programa.

O reconhecido mérito do Madeira é Legal em unir atores de diferentes segmentos da cadeia da madeira e da construção civil para a promoção da compra e uso da madeira legal e certificada no estado e município de São Paulo, em promover a melhoria da fiscalização da entrada de madeira no estado, em aumentar o número de empresas cadastradas nos sistemas de rastreamento da origem da madeira e mesmo em disseminar a importância em adquirir produtos que não

contribuam para o desmatamento na Amazônia, podem ser ainda ampliados a partir de uma evolução dos desafios encontrados e da análise da experiência ao longo desses cinco anos de vigência.

Os desafios detectados durante a elaboração desta publicação podem ser categorizados entre, primeiro, internos ao Programa, de gestão e de responsabilidade das entidades parceiras e, em segundo, desafios de natureza externa que não dependem exclusivamente da organização e atuação das instituições envolvidas. Nesse sentido, as lições aprendidas e recomendações para evoluir a partir da identificação desses aspectos seguem a mesma lógica.

Entre os pontos externos ao Programa, está a necessidade de direcionar as atividades para a melhoria de aspectos como a discussão da tributação da madeira e a participação das diferentes esferas de governo para aliviar a burocracia e a morosidade nos processos que acabam por desestimular a legalidade tanto na produção como na compra e uso da madeira da Amazônia.



Ainda no âmbito externo ao Programa, a realidade do mercado da madeira, com suas flutuações e influência de diversas variáveis, é um desafio considerável, mas que pode ser driblado com a realização de estudos liderados por cada segmento envolvido no Programa sobre os gargalos e fortalezas da sua respectiva área de atuação.

Entre as recomendações em relação à gestão do Programa, identificou-se fortemente entre os parceiros entrevistados a necessidade de ter uma equipe, ou ao menos um gestor, trabalhando com dedicação exclusiva ao Madeira é Legal. Essa nova posição contribuiria para superar outros desafios do Programa, tais como a mobilização, articulação e o intercâmbio de informações entre as entidades, a captação de recursos, e o monitoramento de atividades e dos signatários.

Outra urgência detectada, e que está sendo trabalhada pelas entidades, é a definição de metas e um plano de ação para as entidades de cada segmento da cadeia da madeira e da construção civil signatárias do Programa, o que contribuirá para maior comprometimento das mesmas e servirá de instrumento de monitoramento para o grupo gestor. Ainda é essencial definir metas quantitativas e indicadores para o Programa como um todo, de modo a permitir melhor mensuração e conhecimento dos resultados do Madeira é Legal e entendê-los no contexto das diversas variáveis que influenciam o setor.

O objetivo ao qual o Programa Madeira é Legal se propõe, de promover a compra e uso de madeira legal e certificada no estado e município de São Paulo reduzindo a ilegalidade no setor e o desmatamento na Amazônia, é de extrema importância e ambicioso, em função dos obstáculos que tem que enfrentar.

O trabalho é contínuo e o caminho a ser percorrido é longo. E, se por um lado, é preciso ter paciência e persistência para promover uma agenda diante de tantos desafios, por outro, a experiência adquirida ao longo do processo permite uma evolução constante da atuação e constitui um conhecimento valioso sobre o problema.

A identificação e o registro de todo o processo de implementação do Programa Madeira é Legal, bem como das lições aprendidas, cria a oportunidade de revisar este esforço conjunto e fortalecer o vínculo entre os parceiros. Isto é particularmente importante em um contexto onde as instituições apresentam alta rotatividade de pessoal e prioridades. Também é um importante estímulo a outras iniciativas em países com desafios similares dentro do setor florestal, como são os países do bioma Amazônia.

ENTREVISTADOS

A presente publicação contou com o apoio de representantes de entidades que participam do Programa Madeira é Legal na avaliação das suas lições aprendidas.

Carlos Beduschi • Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo

Engenheiro ambiental com mestrado em Ecologia Aplicada. Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (DDS/BRBN) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SMA). Gerencia o Protocolo Agroambiental do Setor Florestal Paulista e o CadMadeira, e é coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Florestais (CTAF) desde 2010. Foi diretor durante quatro anos do Centro de Programas de Uso Sustentável (CPUS/DDS/CBRN), também na SMA.

Carolina Reis • Rede Amigos da Amazônia

Advogada, bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Participou do curso de Formação de Governantes da Escola de Governo de São Paulo, estagiou no Ministério Público Federal (MPF - 3ª região), no Departamento Jurídico XI de Agosto (assistência jurídica gratuita) e foi assistente de pesquisa no Programa Consumo Sustentável, do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, é responsável pela área de relacionamento com parceiros e governos membros da Rede Amigos da Amazônia e atua em pesquisas do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), também da FGV. É coautora do livro “Poder Público e Consumo de Madeira”.

Dimitrios Paleologos • Sindimasp

Formado em Administração de Empresa pela PUC-SP e pós-graduado em Controladoria Empresarial pela FAAP. Vice-Presidente do Sindimasp e Conselheiro do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal. Membro da Câmara Técnica de Assuntos Florestais do Estado de São Paulo, do Comitê Técnico de Controle Florestal em Brasília e do Conselho Gestor do Programa Madeira é Legal.

Estevão Braga • Ex- GFTN e ex-WWF-Brasil

Engenheiro Florestal graduado pela Universidade de São Paulo, atuou como auditor FSC no Imaflora de 1997 a 2004. Foi gestor da Rede Global de Florestas e Comércio no Brasil (do inglês GFTN - Global Forest & Trade Network) no WWF-Brasil até 2010. Foi presidente do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal - FSC Brasil. É gerente de Meio Ambiente na Suzano Papel e Celulose.

Lilian Sarrouf • SindusCon-SP

Engenheira civil, administradora de empresas e mestre em Gestão Ambiental. Consultora nas áreas de gestão empresarial, gestão da qualidade e meio ambiente. Coordenadora Técnica do COMASP – Comitê de Meio Ambiente do SindusConSP – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo. Consultora do Programa de Construção Sustentável da CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Mauro Armelin • WWF-Brasil

Engenheiro Florestal e mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Entre 1998 e 2002 coordenou o projeto Consumo Sustentável de Madeira e o grupo Compradores de Produtos Florestais Certificados na ONG Amigos da Terra. De 2002 a 2004 trabalhou no Ministério do Meio Ambiente, onde coordenou o Projeto Negócios Sustentáveis. Em 2004, atuou como consultor no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Desde 2005 está no WWF-Brasil, onde atualmente é Superintendente de Conservação.

Thais Megid Pinto • Rede Amigos da Amazônia

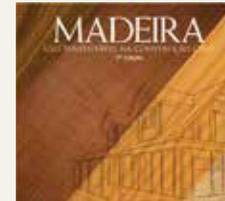
Profissional da área de sustentabilidade, com experiência em pesquisa e inovação para o fortalecimento de cadeias produtivas da Amazônia e elaboração e certificação de projetos, incluindo os de redução de emissões de GEEs. Experiência em análise e formulação de políticas públicas para redução do desmatamento e para o desenvolvimento comunitário na região amazônica. É a responsável pela articulação e estabelecimento de redes e parcerias envolvendo comunidades tradicionais, terceiro setor, setor privado e governos estaduais e federal. Participou de cursos de especialização no CATIE (Costa Rica). Com 5 anos de vivência na Amazônia, já trabalhou na Fundação Amazonas Sustentável, Instituto Tottum de Sustentabilidade, OneCarbon International e apoiou o desenvolvimento de atividades no Idesam, Imaflora, Banco Mundial e Greenpeace.

Rafik Hussein Saab Filho • Sindimasp

Advogado com pós-graduações em Gestão Ambiental e Direito Civil. Atua desde 2001 no Sindimasp, representando o sindicato perante o governo e outras entidades para criação de políticas e cenários favoráveis ao desenvolvimento do setor. É conselheiro no Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal e da Câmara Técnica de Assuntos Florestais (CTAF/SMA-SP). É membro do conselho gestor do Programa Madeira é Legal representando o Sindimasp. É Conselheiro da Câmara Econômica do FSC® Brasil.

PUBLICAÇÕES

Publicações realizadas pelas entidades signatárias no âmbito do Programa Madeira é Legal:



Manual Madeira: Uso Sustentável da Madeira na Construção Civil, segunda edição, organizado pelo IPT, SindusCon-SP e Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. O manual amplia o conhecimento de profissionais da construção e de consumidores que buscam informações sobre a madeira, oferecendo espécies alternativas com propriedades semelhantes às das espécies tradicionais e apresentando os novos mecanismos disponíveis no mercado, que garantem ao consumidor a aquisição de uma matéria-prima de origem legal, extraída de maneira responsável e não predatória.

Link: <http://www.wwf.org.br/?24981/Madeira-Uso-sustentavel-na-construcao-civil>



Guia Seja Legal: Boas Práticas para manter a madeira ilegal fora de seus negócios, organizado pelo WWF-Brasil. Guia destinado a empresários, consumidores e formuladores de políticas públicas, com orientações para eliminar a ilegalidade na cadeia da madeira, buscando subsídios para que se adote o consumo de produtos com a certificação FSC (Conselho de Manejo Florestal). Mostra os impactos negativos e as implicações sociais, ambientais e econômicas no consumo da madeira ilegal.

Link: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=19680>



O Catálogo de Madeiras Brasileiras para a Construção Civil tem como objetivo ampliar as alternativas de escolha de materiais do setor e contribuir com o uso sustentável da madeira. Ele apresenta várias espécies pouco utilizadas que podem ser usadas na fabricação de pisos, esquadrias e demais estruturas, diminuindo a procura pelas espécies mais exploradas e ameaçadas.

<http://migre.me/rPF2F>



Aquisição responsável de madeira na construção civil, assinado pelo SindusCon-SP e pelo WWF-Brasil. Mostra com números e informações técnicas a importância da utilização de madeira de origem legal ou, idealmente, certificada, no setor da construção. As experiências positivas do Madeira é Legal também são relatadas pelos representantes das instituições envolvidas no programa.

Link: http://www.sindusconsp.com.br/downloads/prodserv/publicacoes/manual_madeira.pdf



Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo Realizada pelos Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) e o Centro de Estudos em sustentabilidade (Gvces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). O objetivo da publicação é apresentar um diagnóstico do segmento madeireiro no Brasil. O livro revela a diversidade de fraudes na cadeia de produção, transporte e comercialização da madeira, bem como iniciativas e boas práticas.

Link: <http://raa.fgv.br/sites/raa.fgv.br/files/file/madeiraponta-ponta.pdf>



Poder público e consumo de madeira: desafios e alternativas para a gestão responsável da madeira amazônica.

Realização da Rede Amigos da Amazônia, Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) e o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). O livro, que aponta experiências e caminhos para o consumo sustentável da madeira de origem amazônica, destaca o importante papel do poder público como regulador e comprador responsável de madeira nativa da Amazônia.

http://raa.fgv.br/sites/raa.fgv.br/files/arquivos/fgv_poderpublicoconsumomadeira_redeamigosdaamazonia.pdf

OUTROS PRODUTOS



REPRODUÇÃO

Pen Drive

Foi desenvolvido com o objetivo de despertar o interesse pelo tema ‘Madeira’, disseminando-o para um público diversificado. Este dispositivo reúne o conteúdo das diversas publicações lançadas pelo Madeira é Legal ao longo dos anos

Foi lançado em 2014 e tem sido distribuído gratuitamente desde então.

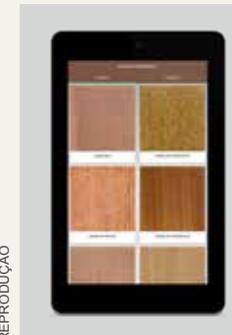


REPRODUÇÃO

QR Code

Distribuído por meio de cartões de visita, o QR Code, leva o usuário a um hotsite com informações selecionadas sobre as diversas espécies de madeira que podem ser usadas na construção civil.

Também foi lançado em 2014 e é distribuído gratuitamente nos eventos que o Programa Madeira Legal promove ou participa.



REPRODUÇÃO

Aplicativo

Lançado em abril de 2015, o app “Catálogo de Madeiras Brasileiras” traz informações sobre os diversos tipos de madeiras disponíveis para uso na construção civil. Ele é voltado para arquitetos e engenheiros, que podem usar os dados para inserir madeira em seus projetos.

O aplicativo está disponível para download gratuito no Google Play – e logo deve estar disponível para usuários de IOS.



Totem interativo

Levado ao público pela primeira vez em março de 2015, o totem reúne publicações dos signatários do Programa - como WWF-Brasil, FSC® Brasil, IPT, SindusCon-SP, Sindimasp, GVces/FGV e outros - relacionadas à conservação dos recursos naturais. Seu diferencial está na interatividade, que permite ao usuário virar páginas, selecionar conteúdos, destacar trechos das publicações e depois copiá-las para seus próprios dispositivos móveis como pen drives, smartphone, tablets e notebooks

O totem está disponível para visitação pública na sede do WWF-Brasil em Brasília (DF).

REPRODUÇÃO

SITES

WWF-Brasil • www.wwf.org.br/madeirasustentavel

Rede Amigos da Amazônia • <http://www.raa.org.br/>

SindusCon-SP • www.sindusconsp.com.br

Sindimasp • www.sindimasp.org.br

SMA • <http://www.ambiente.sp.gov.br/>

IPT • www.ipt.br

SVMA – Prefeitura de São Paulo • http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/

ANPM • www.anpm.org.br

APEMEC • www.apemec.com.br

APEOP • www.apeop.org.br

INMETRO • www.inmetro.gov.br

Instituto Ethos • www.ethos.org.br

Instituto São Paulo Sustentável • www.nossasaopaulo.org.br

FSC @ Brasil • br.fsc.org

PFCA • www.inteligentesite.com.br/modelos/modelo71/default.asp?ID=645

SBS • www.sbs.org.br

AELO • www.aelo.com.br

AsBEA • www.asbea.org.br

CBCS • www.cbcs.org.br

ICLEI • www.iclei.org

Instituto de Engenharia • www.institutodeengenharia.org.br

SECOVI-SP • www.secovi.org.br

SINDMOV • www.sindimov.org.br

FNBF • forumfloresta.org.br

CIPEM • www.cipem.org.br

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. W. S.; VIEIRA, S. M. Segundo inventário brasileiro de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa. Relatórios de referência emissões de dióxido de carbono no setor uso da terra, mudança do uso da terra e florestas. Brasília: Ministério Da Ciência e Tecnologia, 2010.

LENTINI, M. W; GOMES, P. C.; SOBRAL, L. Acertando o alvo 3: Desvendando o mercado brasileiro de madeira amazônica certificada FSC. Piracicaba, SP: Imaflora, 2012. 73p.

ZENID, G. J. (coord). Madeira: Uso Sustentável da Madeira na Construção Civil. Segunda edição. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, SVMA, 2009. 99p.

REDE WWF; WWF-BRASIL. Guia Seja Legal: Boas Práticas para manter a madeira ilegal fora de seus negócios. 2010.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO; WWF-BRASIL. Aquisição responsável de madeira na construção civil. 2009.

ADEODATO, S.; MONZONI, M.; BETIOL, L. S.; VILLELA, M. Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo. São Paulo: FGV RAE, 2011. 128p.

UEHARA, T. H. K.; VILLELA, M.; BETTIOL, L. S.; PRADO, O.; GOMES, M. V.; REIS, C. P. Poder público e consumo de madeira: desafios e alternativas para a gestão responsável da madeira amazônica. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2011. 128p.

ARPA. Programa Áreas Protegidas da Amazônia: um novo caminho para conservação da Amazônia. Brasília: WWF-Brasil, 2012.

NOSSO TRABALHO EM REDE

WWF NO MUNDO

+ DE 5 MILHÕES

de apoiadores

+ DE 5.000

colaboradores em
todo o mundo

1961

foi o ano de fundação
da organização

+ DE 100

países em 6 continentes



Por que estamos aqui?

Para impedir a degradação do meio ambiente e construir um futuro no qual os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza

www.wwf.org.br